

SESSÃO SOB O TÍTULO: «POLÍTICAS DE LÍNGUA NA GALIZA»

REALIZADA NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A SITUAÇÃO DA LÍNGUA

PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL

LISBOA, 29 OUTUBRO 2013

COMUNICAÇÃO DE JOÁM EVANS PIM:

Antes de mais gostaria de agradecer ao comité científico, ao comité organizador, e à CPLP e ao IILP que são os organizadores deste evento, a possibilidade de manter uma mesa com este tema que, para nós, obviamente, é muito importante.

Aproveito para me apresentar. Sou Joám Evans Pim. Faço parte da Comissão Promotora da «Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a lusofonia». Na hora de entrar repartimos um documento que é o parecer dessa comissão. Então, se alguém não tiver, poderemos entregar. E a ideia de entregar este documento é, precisamente, que tenham toda a informação sobre a questão que gostaria de apresentar hoje aqui. Também faço parte da Academia Galega da Língua Portuguesa, que é uma das entidades promotoras desta ILP.

O título da comunicação é «A ILP Valentim Paz-Andrade e o estatuto do português na Galiza». Para discutir o estatuto do português na Galiza há que referir, em primeiro lugar, o próprio estatuto de autonomia da Galiza, que é do ano 1981. Nesse estatuto coloca-se que galego e espanhol serão línguas cooficiais. A questão e o problema, nas discussões que se têm produzido durante os últimos 30 anos, está na própria identidade e na própria conceção que se tenha do galego. Para muitas pessoas, especialmente dentro dos movimentos sociais em defesa da língua, galego é um glotónimo para a variedade do português que se fala na Galiza. Enquanto para outras instituições o galego seria uma língua independente. É o caso das que ouvimos antes.

Do nosso ponto de vista, no fim da década de 70 iniciou-se o processo para dotar a Galiza de uma norma ortográfica, e era também um momento em que se estava reinterpretando a própria identidade da Galiza, na que a língua jogou um papel muito importante. Nessa altura, o professor Carvalho Calero foi liderando uma comissão para elaborar uma norma ortográfica que partia do princípio de uma trajetória de convergência com a língua portuguesa. No entanto, no início de 80, e, em particular, no ano 83 aprovou-se um decreto, chamado Decreto Filgueira, através do qual uma outra norma que fora criada pelo Instituto da Língua Galega e a Real Academia Galega que, precisamente, cortava essa trajetória de convergência, procurando uma reaproximação com a ortografia do castelhano, com a qual estavam as pessoas mais familiarizadas. No entanto, nas duas décadas seguintes coexistiram as duas tendências. Uma delas reivindicando a unidade da língua, da língua da Galiza, e da língua falada nos distintos países de língua portuguesa, e uma outra que começou essa viragem de costas ao português.

Durante os anos 80 e 90 as duas trajetórias, as duas linhas de atuação foram muito ativas. No ano 86 criou-se uma Comissão Galega para a unificação da língua portuguesa, e uma comissão galega participou nas reuniões do Rio de Janeiro do ano 1986. Três anos mais tarde participou também uma Delegação da Galiza na reunião que teve lugar em Lisboa em 1990, na Academia das Ciências, precisamente aquela em que se estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Lá estava uma Delegação da Galiza e, de facto, no preâmbulo desse tratado internacional consta essa presença da Galiza, que até é referida nalguma das bases, por exemplo, léxico da Galiza, tipicamente galego,

como podem ser as palavras lôstrego e brêtema, que não são frequentes em nenhuma outra variedade do português.

No entanto, durante os anos 80 e 90 houve um grande desentendimento entre essas duas visões da língua da Galiza. Mas -aproveito para fazer menção ao verso de Camões- mudam-se os tempos e mudam-se as vontades. E, de facto, já com o século XXI, uma maior atividade editorial e uma renovação das pessoas à frente dos movimentos, fez possível que se tenham mudado certos discursos. É nesse sentido e nesse espírito, precisamente, que foi proposta a Iniciativa Legislativa Popular da que eu gostaria de falar.

Na Galiza existe um procedimento legislativo através do qual 15,000 cidadãos podem propor ao Parlamento um projeto de lei. O processo iniciou-se há dois anos, a partir de uma reunião da Academia Galega da Língua Portuguesa. Era um texto muito básico que partia da ideia de criar um documento de consenso no qual pudessem convergir as distintas visões que existem sobre a língua. Um texto no que se pudessem ver refletidos tanto as pessoas que consideram o galego uma língua independente, sem mais vínculos com o português do que vínculos históricos, e as pessoas que consideram o galego como uma variedade da língua conhecida internacionalmente como língua portuguesa.

Neste sentido, a proposta inicial da iniciativa tem três artigos básicos. O artigo primeiro faz referência à introdução gradual da língua portuguesa no sistema educativo da Galiza. E da comissão promotora não quisemos entrar nas considerações problemáticas de se esta introdução deveria ser feita dentro das aulas de língua galega ou como língua estrangeira. Nós partimos da ideia de que o português é uma mais-valia para as galegas, e que, portanto, a sua introdução no sistema educativo deve ser feita independentemente deste tipo de considerações.

Uma segunda parte do artigo faz referência a que os conhecimentos em língua portuguesa sejam valorizados no acesso à função pública na Galiza, precisamente par facilitar algumas das propostas que são feitas nos restantes artigos, em especial o artigo segundo, que está direcionado para um aumento, um maior relacionamento da Galiza, em todos os níveis, como os países de língua portuguesa no âmbito cultural, económico, académico, etc. Neste sentido cabe apontar o nome da pessoa que leva associado esta lei, Valentim Paz-Andrade. Foi, antes de mais, um grande empreendedor, um dos grandes empresários da Galiza. Foi um dinamizador da indústria pesqueira de processado de produtos do mar. Mas foi também um pensador, e na altura dos anos 80, na altura desse debate intenso entre visões distintas da língua, ele era membro da Real Academia Galega e, junto de outro membro dessa instituição, Jenaro Marín del Valle, integrou a Comissão Galega do Acordo Ortográfico, que foi a promotora da participação dessa Delegação da Galiza nos encontros que vieram a produzir o Acordo Ortográfico. Neste sentido nós quisemos homenagear Valentim Paz-Andrade como empreendedor, e como pessoa que tinha uma visão extensa e útil da língua da Galiza, que considerava que o galego, precisamente, abria portas para um universo económico, de intercâmbios empresariais e culturais, muito maior.

Uma das linhas com as quais nós quisemos reforçar é que, no atual cenário de crise económica, a Galiza tem sofrido muito, como também Portugal, esta situação. Uma abertura da nossa língua para o universo da língua portuguesa seria um fator de diferenciação, um fator que poderia, precisamente, ajudar a dinamizar a economia e o âmbito empresarial. Aliás, é uma mensagem que foi muito bem recebida no âmbito empresarial e algumas entidades como a própria Federação de Parques Empresariais colaboraram para a redação deste parecer, com algumas propostas que eles imaginaram na altura

Um terceiro ponto que faz parte desta iniciativa é uma reivindicação histórica, é que na Galiza possam ser recebidas televisões e rádios em língua portuguesa. Existe já um acordo unânime do

Parlamento da Galiza, de há 2 ou 3 anos para viabilizar este projeto, e também um acordo na Assembleia da República portuguesa, neste caso, para que seja possível concretizar esta reciprocidade, no atual quadro da legislação europeia, que contempla a Diretiva de transmissões sem fronteiras.

No fim das contas, o espírito que move esta iniciativa é promover um novo consenso, um novo diálogo social que consiga um maior aproveitamento da proximidade que existe entre as falas galegas e as falas dos países de língua portuguesa, independentemente da visão que existe sobre a língua. Na Galiza há um debate ortográfico que não pretendemos abrir com esta lei, mas o que sim pretendemos é que deixemos de estar virados de costas para o universo de língua portuguesa. Neste sentido, o facto de que em maio deste ano a proposta de texto fosse admitida, e tomada em consideração, por unanimidade, pelos 75 deputados do Parlamento da Galiza é um fito nesse caminho de consenso. Durante o verão foram apresentadas emendas, pelos distintos grupos parlamentares, e nas últimas semanas tivemos reuniões com todos eles, precisamente para dilucidar quais seriam as emendas mais apropriadas. Nesta mesma semana, e possivelmente nas duas próximas terão lugar as reuniões da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento da Galiza, nas quais serão transacionadas as distintas emendas, e confiamos que antes do fim deste ano a Lei Paz-Andrade para o aproveitamento da língua portuguesa seja lei da Galiza e, portanto, abrirá um novo cenário para o seu desenvolvimento, a sua concretização através de decretos específicos. O nosso pedido a toda a comunidade de países de língua portuguesa é que exista uma colaboração para implementar este tipo de decretos e, no seu conjunto, aplicar a Iniciativa Paz-Andrade na Galiza. Obviamente, tanto no âmbito do ensino como da cooperação internacional como da receção e intercâmbio de produtos audiovisuais é necessário que exista também uma implicação da parte das instituições dos países de língua portuguesa, para que a Galiza possa realmente usufruir e desenvolver este seu potencial, e mesmo servir como uma ponte, um interlocutor entre o universo de língua portuguesa e o universo de língua espanhola.

Bom, não quero tirar mais tempo aos meus colegas. Eles vão apresentar um dos aspetos que está contemplado nesta lei, que é o âmbito do ensino, e para o debate têm o parecer impresso. Têm, da perspetiva desta Comissão Promotora, quais são as distintas possibilidades para concretizar o texto da lei Paz-Andrade. São as nossas propostas, humildes e desde distintas perspetivas e possibilidades, que poderia oferecer a concretização desta Iniciativa Legislativa Popular.

Mais nada. Muito obrigado.